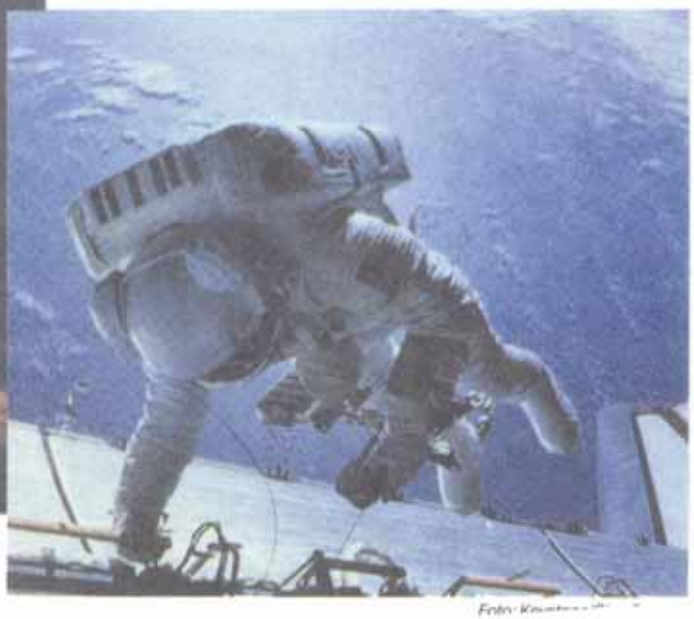
Foto: Keystone/Camera Press

Ilustração adaptada de **Margarida Philosophica**, de Gregor Reisch

"A lição de anatomia", de Rembrandt,
do acervo do Museu Mauritshuis, Amsterdam, Holanda



# Largo Treze[1]

Todas as madrugadas no Largo Treze de Maio em São Paulo, a cidade mais rica do Brasil, centenas de trabalhadores aglomeram-se a espera de empreiteiros que os contratem para tarefas de um dia; estes intermediários escolhem os mais aptos para serviços em geral degradantes e intensivos. Ainda assim, há disputa entre os trabalhadores por não terem outra alternativa; nessa disputa os mais velhos e os mais fracos são descartados. Os escolhidos entram em viaturas sem saberem aonde vão, nem para o que, exatamente, foram contratados; ao anoitecer, exaustos são deixados novamente na praça.

*(Bárbara, p.42)*

# Os Países internos[2]

"(...) Em Boston, uma cidade rica dos Estados Unidos, e uma dos principais centros médicos do mundo, o Hospital da Cidade, que atende a população em geral, foi forçado a montar uma clínica para tratar a má nutrição de crianças, recorrendo à triagem por causa da capacidade limitada, particularmente no inverno, quando os pais têm de fazer a angustiante escolha entre o aquecimento e a alimentação."

*(Chomski, p.180)*

[1] *Bárbara, Maristela M. Psicologia Ciência e Profissão. Ano 19 nº1. 1999.*
[2] *Chomsky, Noam. Novas e velhas ordens mundiais. São Paulo: Scritta. 1996.*

# Os "improdutivos" causam mal-estar

Merecem destaque as dramáticas exposições do filósofo francês Michel Foulcaut em *História da Loucura*. Quando incursiona pela âmbito econômico, dá mostra das mudanças pela qual passou a sociedade a partir do século XV: a nova ordem econômica concedia, aos que representassem ameaça de agitações, revoltas ou desordens, um tratamento de reclusão visando à devida orientação correcional. No século XVI a loucura e a pobreza ainda eram consideradas manifestações de Deus e, consequentemente, pretexto para suscitar nas pessoas a caridade. Os desvalidos ofereciam aos cristãos a possibilidade de praticar o ato de bondade e, assim, de salvar-se.

Já no século XVIII, ainda segundo Foucault, ocorre a perda da dimensão mística da miséria e toma lugar a idéia de desordem e de indisciplina: recusar-se a trabalhar tornou-se, então, um desafio a Deus, que não criou o ser humano para a revoltante inatividade do ócio. Agora

o pobre passa a atestar a maldição divina. Sendo assim, de pouco adianta ir em seu socorro através das obras de caridade. A pobreza estava associada ao enfraquecimento da disciplina e à frouxidão dos costumes.

Data do século XVII a criação, na França, do primeiro Hospital Geral para o internamento dos desvalidos. Apesar do nome, não se tratava efetivamente de um hospital, mas de uma casa de correção, onde os internos, mão-de-obra barata, eram obrigados a trabalhar sob supervisão cerrada. Esse tipo de instituição se disseminou por toda a Europa. Na Inglaterra, com o mesmo fim, criaram-se as *Workhouses*, também apelidadas de "bastilhas dos pobres". O século XVII inaugura o uso do internamento como regulador da mão-de-obra e, ao mesmo tempo, como ocultamento da miséria, evitando, assim, os inconvenientes sociais e políticos de deixá-la à mostra.

Nesse primeiro impulso do mundo industrial acreditava-se que a prática do trabalho compulsório servia como panacéia atenuadora das inquietações sociais. Em meados do século XIX, ao se dar conta do fracasso das casas de correção, os industriais são obrigados a mudar de objetivos. Segundo Foucault, essas casas, que 150 anos antes destinavam-se a alojar os indolentes e imprestáveis para o convívio social, passaram a abrigar prioritariamente os loucos. Podemos constatar, então, que as primeiras tentativas de segregação, iniciadas no século XVII nas penitenciária e orfanatos, marcam o surgimento de uma sociedade disciplinar onde os pobres e os libertinos são obstáculos à ordem. Um exemplo ocorre na França, onde o operário passa a ter uma carteira de trabalho, ficando, assim, submetido ao controle da Polícia.

## Começando pela criança

Para pôr em funcionamento a crescente atividade produtiva, a exploração da mão-de-obra não ficará restrita aos adultos. Além do trabalho de homens e mulheres, recorria-se sistematicamente à exploração do trabalho do menor. Relata Paul Mantoux, estudioso da manufatura do século XVIII na Revolução Industrial, que o trabalho da criança era muito mais apreciado porque supunha maior docilidade e obediência, em virtude de sua fragilidade. Além disso, era mais barato: bastava um insignificante salário ou, muitas vezes, alojamento e uma ração em pão. Mantoux afirma que as cri-

anças eram freqüentemente chicoteadas e punidas para fazer seus duros trabalhos e manter-se acordadas. Acompanhemos o comovente relato que o autor faz do trabalho infantil:

"Entrar para uma fábrica era, diziam, como ir para um quartel ou para uma prisão. (...) A maioria desses infelizes seres eram crianças assistidas, fornecidas – poderíamos dizer vendidas – pelas paróquias por elas responsáveis. Os manufatureiros, principalmente durante o primeiro período do maquinismo, quando as máquinas eram construídas fora das cidades, e, em geral, longe delas, teriam tido grande dificuldade para obter a mão-de-obra de que necessitavam em sua vizinhança imediata. Por seu lado, as paróquias só queriam se desembaraçar de suas crianças. Aconteciam verdadeiros negócios, vantajosos para ambas as partes, embora não para as crianças, que eram tratadas como mercadorias, entre os fabricantes e os administradores do imposto dos pobres. Cinqüenta, oitenta, cem crianças eram cedidas em bloco e enviadas, como gado, com destino à fábrica onde deveriam ficar fechadas durante longos anos. (...) O operários se recusavam, e com razão, a mandar as suas. Sua resistência, infelizmente, não durou muito tempo; levados pela necessidade, resignaram-se àquilo que, a princípio, tanto os havia horrorizado. (...) Longe de se indignarem, os contemporâneos achavam isso admirável. Yarranton recomendava a abertura de escolas de indústria, como vira na Alemanha, onde duzentas meninas fiavam sem descanso, sob a ameaça da palmatória de uma mestra, submetidas a um silêncio absoluto, e chicoteadas se não fiassem bem ou rápido o bastante. (...) De Föe, ao visitar Halifax, ficou maravilhado ao ver crianças de quatro anos ganharem a vida como pessoas adultas...

(...) Abandonados ao arbítrio dos patrões, que os mantinha fechados em seus edifícios isolados, longe de qualquer testemunha que pudesse comover-se com seu sofrimento, padeciam uma escravidão desumana. O único limite para seu dia de trabalho era o esgotamento completo de suas forças: durava quatorze, dezesseis e até dezoito horas... Freqüentemente, para não paralisar o funcionamento das máquinas, o trabalho continuava sem interrupção, dia e noite. Nesse caso, eram formadas equipes que se revezavam: 'as camas não esfriavam nunca'. Os acidentes eram freqüentes, sobretudo no final dos dias de traba-

lho muito longos, quando as crianças, exaustas, ficavam trabalhando meio adormecidas; foram incontáveis os dedos arrancados, os membros esmagados pelas engrenagens.

(...) As fábricas eram, geralmente, insalubres: seus arquitetos pouco se preocupavam com a higiene e com a estética. Os tetos eram baixos, de forma a se perder o menos possível de espaço, as janelas eram estreitas e, quase sempre, ficavam fechadas..." (Paul Mantoux. A Revolução Industrial no século XVIII. São Paulo, Unesp/ Hucitec, s.d.).

No entanto, apesar dessas condições reais, nem sempre a situação do trabalhador era descrita com pessimismo e críticas. Muitos dos exploradores de mão-de-obra, assim como seus ideólogos, tinham das condições de trabalho uma visão bem diferente. Como exemplo, merece destaque a visão do inglês Andrew Ure, considerado o diabólico porta-voz da burguesia, que deixou registradas em livro editado em 1835 suas considerações filosóficas acerca da atividade manufatureira. Propõe Ure a substituição do trabalho do homem pelo da mulher e da criança. Diz nunca ter visto qualquer empregador infligir castigo corporal às crianças e nem mesmo tratá-las com rudeza. Considerava absurdas as críticas feitas aos industriais, que criavam oportunidades de trabalho e ainda facilitavam as tarefas humanas "introduzindo máquinas que aliviavam as fadigas". Segundo ele, dava gosto observar aqueles "rotos meninos" que manipulavam o carro do tear com vivacidade. Além de suscitar um aumento da produção, o maquinismo permitiu disciplinar a mão-de-obra; a principal dificuldade foi convencer o operariado a abandonar antigos hábitos e trabalhar com regularidade. Relatos históricos dão conta do descontentamento dos operários, que exigiam o direito de "ir refrescar-se lá fora" ou de parar para "ver a procissão passar".

A resistência à introdução das máquinas foi grande e, como último recurso, os trabalhadores em fúria chegavam a despedaçar aquelas que encontravam pela frente. A mecanização era benéfica para o patronato, pois as máquinas desqualificavam os ofícios e ditavam o ritmo da produção, enfraquecendo a pressão sindical. Ainda segundo Ure, os patrões, só de ouvir falar em sindicatos, já ficavam à espreita, uma vez que o trabalho especializado, além de encarecer a produção, ainda os deixava subordinados o livre-arbítrio do operariado. As máquinas exigiam ape-

nas destreza e vigilância, convenientes, então, para os "olhos vivos" e os "delicados e flexíveis dedos dos menores", cuja habilidade causava inveja aos adultos e chegava a ser para eles um exemplo. Os argumentos que sustentavam o uso da mão-de-obra infantil são conhecidos: trabalhar desde cedo forja o hábito, a disciplina e subordinação.

Na visão de Andrew Ure, criar leis limitando a jornada de trabalho, tanto do menor quanto do adulto, significava ir contra o inalienável direito à liberdade de opção do trabalhador que tencionava elevar seu poder aquisitivo. Era, pois, um ato autoritário e de falsa filantropia para o povo trabalhador, que dependia da fábrica para sobreviver. Tais medidas, se aplicadas, resultariam na demissão de crianças, arrancando-as do seu "leve e lucrativo trabalho na aquecida sala de tecelagem para o frio mundo", e elas cairiam "na mendicância e no vício". Para Ure, a interferência do Estado e das associações de trabalhadores só obstaculizavam a possibilidade de o trabalhador sair das ruas e da mendicância. As associações e sindicatos, em vez de combater seus patrões, deveriam alegrar-se com seus êxitos, pois eram eles que despertavam os "entorpecidos talentos" do proletariado. ■

*Trecho extraído de: A ideologia do trabalho, de Paulo Sérgio do Carmo (formado em Sociologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Mestre em Filosofia pela PUC/SP). São Paulo: Editora Moderna. 1992. Coleção Polêmica. Págs. 30 a 33.*

# A servidão de Tom Cruise: metamorfoses do trabalho compulsório

***Exploração de imigrantes ressurge com intensidade no momento em que a Internet e novas tecnologias impõem diversos modos de dominar o trabalhador***

***Luiz Felipe de Alencastro***

O trabalho compulsório, distinto do trabalho forçado imposto como punição no Código Penal de alguns países, conheceu mudanças radicais nos últimos tempos. Na sua definição mais simples, referente a relações sociais em que o serviço é prestado sob coerção direta, o trabalho compulsório abrange situações extremas. Ao longo das décadas, as nações viram o declínio da escravidão, o desenvolvimento de diversas formas de servidão laboral e a extensão do assalariamento. No entanto, nos dias de hoje, os países desenvolvidos assistem ao ressurgimento de antigos modos de sujeição dos imigrantes ilegais ao mesmo tempo em que a Internet abre a via à exploração de comunidades longínquas e à intrusão patronal no âmbito doméstico e no tempo de lazer estatutariamente reservado aos assalariados. Na primeira metade do século 19, Francisco Gomes de Amorim, português nascido em 1827, embarcou aos dez anos de idade na cidade do Porto para Belém do Pará. Ia sozinho, semiclandestino, entregue por seus pais a um capitão de navio que o vendeu, como a tantos outros, no mercado de escravos brancos da capital paraense. Viveu por lá durante nove anos. Correspondeu-se com Almeida Garrett, voltou para Portugal, onde se tornou escritor de merecimento (Machado de Assis resenhou um de seus livros de poemas e achou-os razoáveis), e, sobretu-

do, combateu a exploração da imigração portuguesa pelos seus compatriotas e pelos brasileiros. Sua saga e sua correspondência, publicadas num livro recente, ilustram a "servidão branca" que ocorreu antes e depois da abolição da escravidão no Brasil. Além do Pará, havia em quase todos os portos brasileiros mercados mais ou menos formais em que se negociava a mão-de-obra aliciada em Portugal. Previamente endividados com os intermediários -os "gatos" da época, que pagavam a passagem e a alimentação no navio-, esses imigrantes trabalhavam sem pagamento durante longo período até reembolsar sua dívida. Geralmente, tais trabalhadores viviam cativos, pois o credor era também seu patrão, na pessoa do fazendeiro que havia pago suas dívidas com o intermediário. A praga da exploração de imigrantes está de novo na ordem do dia. Redes de tráfico de imigrantes clandestinos se formam na Ásia, na África, na Europa Central e na América Latina. Quem viaja ou vive na Europa Ocidental, nos Estados Unidos ou no Japão pode constatar a olho nu que o fenômeno já toca contingentes de brasileiros. Ontem, como hoje, ser explorado pelo capitalismo parece bem melhor do que não ser explorado pelo capitalismo. Fatos dramáticos de exploração humana, que pareciam coisa do passado, estão de novo nas páginas dos jornais. Prostituição forçada, venda de bebês, extorsões, turnos de trabalho escorchantes martirizam o cotidiano de imigrantes ilegais que conseguem se enfiar nos países desenvolvidos. Na outra ponta, os malfeitores achacam as famílias dos migrantes para receber suas remessas de divisas em reembolso do financiamento da viagem. Segundo as autoridades britânicas, as gangues de traficantes de trabalhadores extraem US$ 30 bilhões por ano nessas atividades. No meio do caminho, as tragédias: naufrágio de barcas com albaneses no litoral italiano e de barcas com africanos no litoral da Espanha, mortes pelo frio do inverno na travessia a pé dos Alpes ou dos Pireneus, desastres na fronteira do México com os Estados Unidos.

## Asfixia no caminhão

No último mês de junho, o fenômeno virou catástrofe com a descoberta de 58 jovens chineses asfixiados num caminhão no porto de Dover, quando tentavam entrar na Inglaterra. Sob o impacto do drama, mi-

nistros e representantes de 30 países se reuniram recentemente em Paris para discutir o problema. No final da conferência, Barbara Roche, ministra delegada do Ministério do Interior britânico ("Home Office") para assuntos de imigração, escreveu: "Os imigrantes sempre representaram um contributo positivo para as sociedades que os integraram. Temos que encontrar uma solução para responder à aspiração legítima das pessoas em busca de migração e... ter um olhar novo sobre a resposta que os fluxos migratórios são suscetíveis de trazer a nossas necessidades econômicas e sociais". Na prática, as perspectivas não são boas. As discussões parecem apontar para a criação de uma autorização de estadia temporária na União Européia, condicionada a um contrato de trabalho. Caso venha a ser implementada, essa doutrina fecha o caminho à integração, louvada pela ministra britânica, e transfere a administração da política imigratória para as mãos do patronato europeu.

## Conventos espanhóis

Outros bolsões de trabalho compulsório integram-se à economia global via Internet. Firmas importantes têm terceirizado suas atividades, transferindo para empresas situadas na Índia e nos conventos espanhóis parte de sua gestão administrativa. Quem irá controlar a penosa jornada de trabalho dos digitadores indianos e das freirinhas espanholas? Seria entretanto ilusório julgar que o fenômeno só atinge os pobres ou os países pobres. Como se sabe, a utilização do correio eletrônico, do telefone celular e o uso combinado, via WAP (sigla em inglês para "protocolo de aplicações sem fio"), do e-mail e do acesso à Web no celular aumentam a demanda de trabalho nos escritórios e empurram as tarefas laborais para dentro da casa e da vida privada dos assalariados. Um estudo realizado pela firma Pitney Bowes revela que um funcionário americano recebe uma média de 204 mensagens diárias em seu escritório, incluindo os e-mails (50), telefonemas (48), correspondência interna (18), cartas (15), fax (10) e ou-

tros recados. Uma análise publicada em 1997 pela agência Reuters, "Dying for Information" (Morrendo por Informação), mostrava que um quarto dos 1.313 executivos americanos interrogados declarava sentir-se fisicamente doente com o afluxo contínuo de informações nas suas mãos. Além disso, a pressão do trabalho transborda os limites do escritório. De fato, outro estudo, realizado em 1999 pelo Gallup e o Institute of the Future, indica que 42% das mensagens recebidas por um funcionário em sua casa ou no trajeto entre seu domicílio e o local de trabalho, referem-se, na realidade, ao seu serviço (2). No setor específico da nova economia, depois de algumas mortes por exaustão de jovens executivos mergulhados no trabalho contínuo, nasceu a expressão "pifado pelas dotcom" ("dotcom burnout"). Da mesma forma, as imprensas européia e americana usam a fórmula "escravos do Silicon" para designar jovens e menos jovens que passam a semana fechados em cubículos, onde comem, dormem e trabalham de virada. Naturalmente, os que mais se desgastam nessas atividades não são propriamente assalariados, mas empregados que obtiveram participação acionária na sua firma. Porém, com a forte queda que as ações das empresas de Internet vêm sofrendo nos últimos meses, esse tipo de remuneração virou às vezes fumaça.

## Direito à desconexão

Nessas circunstâncias, começa a surgir e a tomar contornos de reivindicação trabalhista o "direito à desconexão": o direito para o assalariado de se desligar -fora do horário de trabalho, nos fins-de-semana, nas férias- da rede telemática, do arreio eletrônico que o liga ao seu patrão ou a sua firma. Direito espetacularmente desrespeitado na primeira cena de "Missão Impossível 2", quando um helicóptero dos serviços secretos acha Tom Cruise no alto de uma montanha e o engaja numa nova empreitada. Direito reivindicado nas últimas cenas do filme, quando o ator-herói, depois de salvar o mundo, informa ao chefe que não dirá onde vai descansar com a mocinha, senão não poderá ter férias tranquilas. Na primeira parte do filme, Tom Cruise não sofre coerção direta para fazer seu serviço, mas ele é vítima da alienação, da manipulação de seu chefe, e renuncia à essência contratual do trabalho livre para sujeitar-se à extorsão patronal.

É óbvio que os patrões gostariam de inculcar em seus assalariados a idéia de que eles são outros tantos Tom Cruise. Outros tantos especialistas mobilizáveis em qualquer canto para salvar a humanidade ou, de maneira mais prosaica e mais provável, para garantir os lucros de sua firma e o seu emprego.

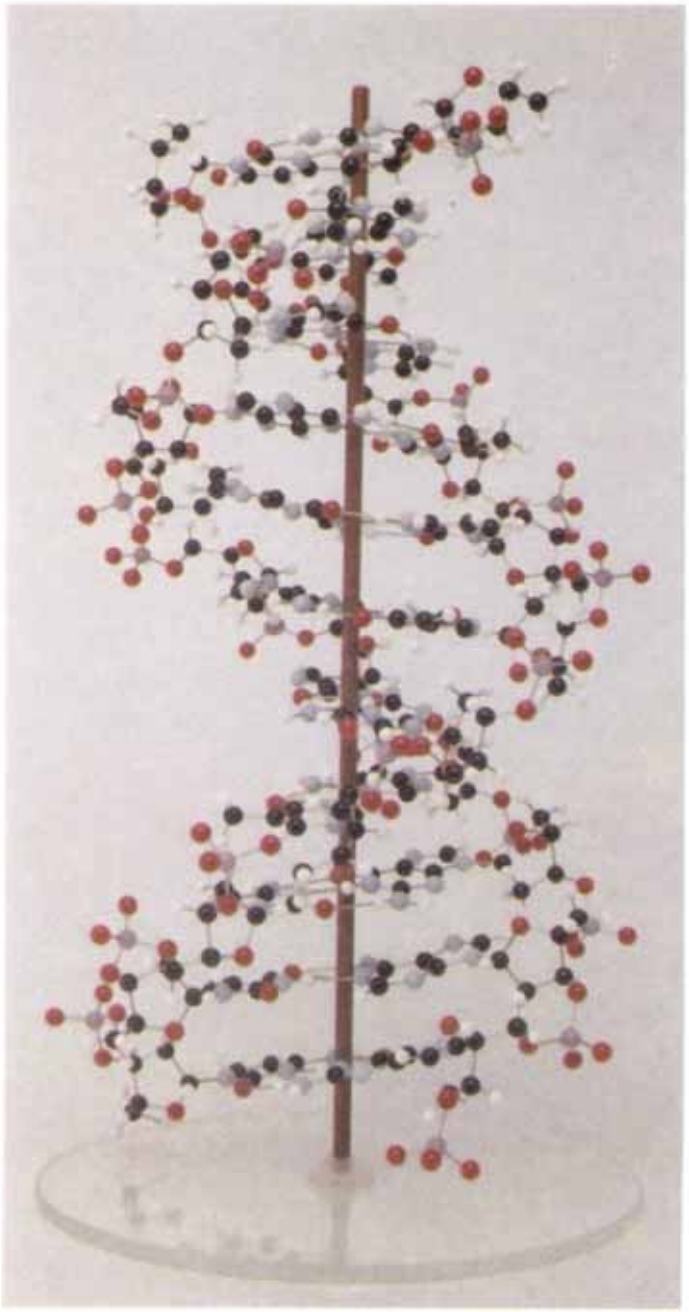
## Sina da empregada

Entretanto o funcionário especializado, e em particular o funcionário brasileiro, poderá pensar que seu destino se parece muito mais com o da Maria. Com a sina de sua empregada doméstica -alojada no quartinho do fundo da casa ou do apartamento e pronta, todo dia, toda hora, para atender os pedidos e os abusos do patrão, da madame e dos filhos da família. De qualquer modo, já existe em alguns países europeus e nos Estados Unidos um novo tipo de trabalhador, espécie de Maria globalizada, um indivíduo isolado pronto para ser empregado em qualquer circunstância. Aliciados por agências de trabalho interino, esses indivíduos -sem lenço, sem documento, mas com um celular no bolso- são paus-para-toda-obra, fazendo trabalhos geralmente pouco qualificados, fora de qualquer garantia trabalhista. Eliminar as torpezas da exploração patronal, regulamentar o trabalho, fruir o lazer, missão impossível no capitalismo globalizado? ■

***Luiz Felipe de Alencastro*** *é cientista político e historiador, autor de "O Trato dos Viventes - Formação do Brasil no Atlântico Sul" (Companhia das Letras). Texto extraído do Jornal Folha de São Paulo - Caderno Mais publicado no dia 13 de gosto de 2000.*

# Sequenciaram o genoma... E daí ?[1]

*Lygia da Veiga Pereira*[2]



A 26 de junho último, o mundo parou para ouvir o anúncio de um "marco na história da Humanidade: o sequenciamento do genoma humano". Os entendidos ficaram impressionadíssimo com aquele feito. Mas a maioria da população, embora intuindo a importância daquilo, sentiu-se intimamente insegura, sem saber o que exatamente isso significa, e sem coragem de formular a pergunta: o que é que eu tenho a ver com isso?

É importante que o homem da rua entenda exatamente o que isso tudo significa, porque foi de fato um marco na história da Humanidade, e sim, terá um enorme impacto na vida de todos nós.

O genoma humano é simplesmente a grande receita de "como se fazer um ser humano". Ao invés de tinta e papel, a receita de um ser humano é escrita com um elemento chamado DNA. Enquanto o nosso alfabeto tem 24 letras, o alfabeto do DNA possui somente quatro 'letras' (A, C, G e T). Como o ser humano é extremamente complexo, esta receita é longa: está escrita com três bilhões destas quatro letras, e dividi-

da em "fascículos" chamados cromos-somos. Ao longo destes cromossomos estão espalhadas todas as instruções, chamadas genes, que vão determinar a estrutura e funcionamento dos órgãos, dos membros, a cor da pele, dos olhos, a distribuição da gordura no corpo, enfim, todas as nossas características.

A partir de 1990 foi iniciado um projeto internacional para sequenciamento do genoma humano, e no final de Junho deste ano comemoramos o final desta leitura. Temos em mãos toda a receita de um ser humano, toda a seqüência do nosso genoma. E agora?

Agora vem a parte mais complicada: entender esta receita. Identificar dentro dela cada um dos genes e entender como estas instruções interagem entre si para a formação de um indivíduo. E o que faremos com este conhecimento?

A ampliação mais imediata será na identificação dos genes envolvidos em doenças genéticas. Desde o início do Projeto Genoma, já foram identificados vários destes genes. A identificação do gene defeituoso em uma doença inicialmente permite diagnósticos mais precisos e precoces. Por outro lado, a partir do conhecimento da função original daquele gene defeituoso, pode-se desenvolver drogas específicas que supram a fala deste gene. E, finalmente, no futuro serão inseridas cópias normais do gene defeituoso nos pacientes, corrigindo o seu genoma.

Mas e para os 99% da população humana que não têm nenhuma doença genética?

Os genes não estão determinando somente doenças. Lembrem-se, eles são as instruções que nos formam, estão envolvidos em tudo. Quando um ferimento cicatriza; quando um tumor se forma; quando uma ruga aparece; quando um cabelo cresce, ou mais grave, cai; quando lembramos de uma música, genes estão sendo ligados e desligados. Sabendo exatamente quais são estes genes, poderemos então influenciar de forma positiva cada um destes processos. Saberemos como acelerar um processo de cicatrização, eliminar um câncer, melhorar a memória, e assim por diante.

E esta "admirável medicina nova" vai mais além. Muitas das nossas características são influenciadas não só pelos genes, mas também pelo meio ambiente (por exemplo, a cor da pele). Pois bem, depen-

dendo dos genes que herdamos dos nossos pais, podemos adaptar o nosso estilo de vida de forma a administrar da melhor maneira possível este patrimônio genético. Uma pessoa que possua genes de predisposição a doença cardiovascular será precocemente orientada a não fumar, não comer muita gordura, enfim, ter um estilo de vida que minimize o seu risco genético. Ou seja, o conhecimemto dos nossos genes iniciará também a era da "medicina-genética preventiva".

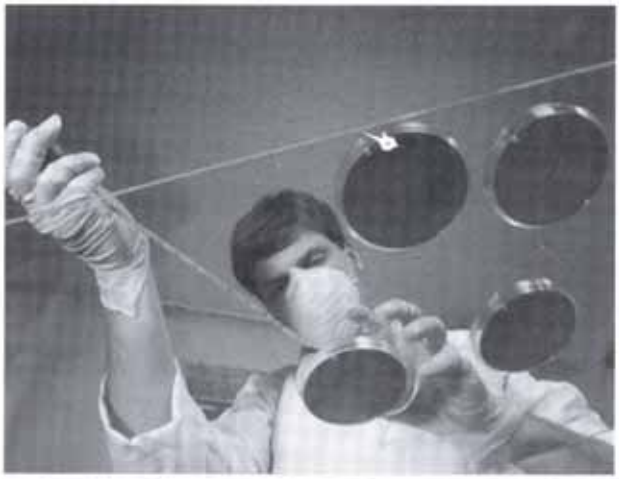
Todo o novo conhecimento confere à Humanidade um grande poder, que pode ser utilizado para melhorar nossa qualidade de vida ou pode ser abusado. Quais são os cuidados a serem tomados com este poderoso conhecimento genético?

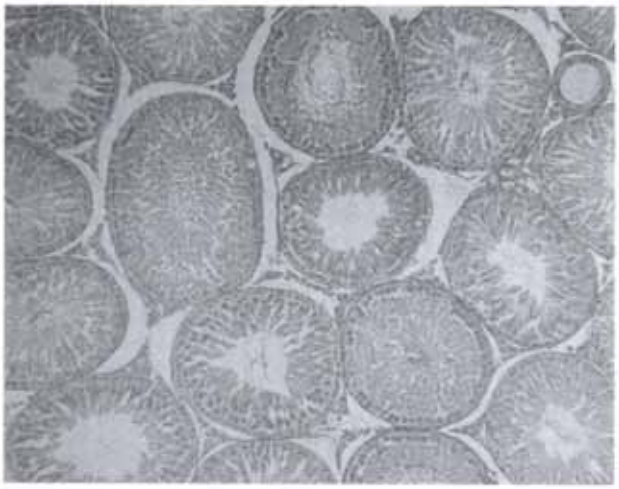
O conhecimento dos nossos genes poderá nos levar à eugenia, à discriminação genética, ao determinismo genético. Apólices de seguro de vida ou mesmo empregos podem ser negados baseados no perfil genético dos candidatos. Enquan-

to não sabemos exatamente o que estes genes todos significam, e como estas informações serão interpretadas, vamos começar apensar seriamente na privacidade do nosso perfil genético.

E a eugenia? Muita gente acha razoável a prevenção de nascimento de crianças com doenças genéticas graves. Mas as coisas não são tão simples assim: se uma mulher soubesse que seu feto é portador de uma doença muscular degenerativa que causaria paralisia completa de todos os seus movimentos até os 30 anos, não seria compreensível que ela desejasse abortar esta gravidez? Pois bem, acabamos de eliminar Stephen Hopkins, um dos maiores físicos deste século. E quem merece mais viver: um homem geneticamente normal, porém um corrupto que com uma canetada lesa a população de todo um país; ou uma criança com síndrome de Down, que apesar de seu retardo mental enche de afeto e amor os seus próximos?

E as questões tendem a ficar ainda mais sutis. Daqui a muito pouco tempo conhecemos genes que determinam a cor dos olhos, que influenciam a quantidade de gordura no corpo, a inteligência e até a





preferência sexual. E podem crer, serão desenvolvidos testes pré-natal para cada um desses genes. De novo, o que cada um de nós fará com esta informação? O que justifica um aborto? Não ser brilhante? Ter olhos escuros? Ter tendência a engordar? Temos que começar a pensar: onde está o limite entre "doença" e "variação sobre o normal".

Além disso, não somos um produto só da nossa genética. Se uma criança com genes para QI alto for desnutrida em sua primeira infância, ela não será nenhum gênio. E se outra tiver genes para gordura no culote, poderá se submeter a uma cirurgia plástica que a deixará com quadris da Gisele Bundchen.

Estas são questões extremamente complexas, e não acredito existir uma verdade única e universal. O que é fundamental é que a população toda participe destes debates, e para isso, é imprescindível que esta população compreenda os novos avanços da ciência. Exijam que os cientistas traduzam as maravilhas de suas pesquisas em uma linguagem que todos entendam, porque estas pesquisas terão um impacto tremendo na vida de todos nós.

Quem somos nós para determinar que genes são "bons" ou "ruins"? Quais devem ser preservados ou eliminados? A mesmice é pobre, a perfeição é subjetiva e monótona, e a diversidade da natureza é ainda a maior maravilha do mundo. Vamos fazer o melhor do conhecimento da nossa genética, da nossa receita, vamos fazer que este seja literalmente um admirável mundo novo. ■

[1] *Texto extraído do Jornal O Globo de 13.08.2000*
[2] *Professora de Genética Molecular Humana no Instituto de Biociência da USP.*

# Pela Internet

***Gilberto Gil***

Criar meu web site
Fazer minha home-page
Com quantos gigabytes
Se faz uma jangada
Um barco que veleje

Que veleje nesse infomar
Que aproveite a vazante da infomaré
Que leve um oriki do meu velho orixá
Ao porto de um disquete de um micro em Taipé

Um barco que veleje nesse infomar
Que aproveite a vazante da infomaré
Que leve meu e-mail até Calcutá
Depois de um hot-link
Num site de Helsinque
Para abastecer

Eu quero entrar na rede
Promover um debate
Juntar via Internet
Um grupo de tietes de Connecticut

De Connecticut acessar
O chefe da Macmilícia de Milão
Um hacker mafioso acaba de soltar
Um vírus pra atacar programas no Japão

Eu quero entrar na rede pra contactar
Os lares do Nepal, os bares do Gabão
Que o chefe da polícia carioca avisa pelo celular
Que lá na praça Onze tem um vídeopôquer para se jogar

# Morte e Vida Severina

***João Cabral de Melo Neto***

Essa cova em que estás,
com palmos medida,
é a conta menor
que tiraste em vida.
É de bom tamanho,
nem largo nem fundo,
é a parte que te cabe
deste latifúndio.
Não é cova grande,
é cova medida,
é a terra que querias
ver dividida.
É uma cova grande
para teu pouco defunto,
mas estarás mais ancho
que estavas no mundo.
É uma cova grande
para teu defunto parco,
porém mais que no mundo
te sentirás largo.
É uma cova grande
para tua carne pouca,
mas a terra dada
não se abre a boca.

Viverás, e para sempre,
na terra que aqui aforas:
e terás enfim tua roça.
Aí ficarás para sempre,
livre do sol e da chuva,
criando tuas saúvas.
Agora trabalharás
só para ti, não a meias,
como antes em terra alheia.
Trabalharás uma terra
da qual, além de senhor,
serás homem de eito e trator.
Trabalhando nessa terra,
tu sozinho tudo empreitas:
serás somente, adubo, colheita.
Trabalharás numa terra
que também te abriga e te veste:
embora com brim do Nordeste.

Serás de terra
tua derradeira camisa:
te veste, como nunca em vida.
Será de terra
e tua melhor camisa:

te veste e ninguém cobiça.
Terás de terra
completo agora o teu fato:
e pela primeira vez, sapato.
Como és homem,
a terra te dará chapéu:
fosses mulher, xale ou véu.
Tua roupa melhor
será de terra e não de fazenda:
Não se rasga nem se remenda.
Tua roupa melhor
e te ficará bem cingida:
como roupa feita à medida.
Esse chão te é bem conhecido
(bebeu teu suor vendido).
Esse chão te é bem conhecido
(bebeu o moço antigo)
Esse chão te é bem conhecido
(bebeu tua força de marido)
Desse chão és bem conhecido
(através de parentes e amigos).
Desse chão és bem conhecido
(vive com tua mulher, teus filhos).
Desse chão és bem conhecido
(te espera de recém-nascido).

Não tens mais força contigo:
deixa-te semear ao comprido.
Já não levas semente viva:
teu corpo é a própria maniva.
Não levas rebolo de cana:
és o rebolo, e não de caiana.
Não levas semente na mão:
és agora o próprio grão.
Já não tens força na perna:
deixas-te semear na coveta.
Já não tens força na mão:
deixa-te semear no leirão.

Dentro da rede não vinha nada,
só tua espiga debulhada.
Dentro da rede vinha tudo,
só tua espiga no sabugo.
Dentro da rede coisa vasqueira,
só a maçaroca banguela.
Dentro da rede coisa pouca,
tua vida que deu sem soca,

Na mão direita um rosário,
milho negro e ressecado.
Na mão direita somente
o rosário, seca semente.
Na mão direita, de cinza,
o rosário, semente maninha.
Na mão direita o rosário,
semente inerte e sem salto.

Despido vieste no caixão,
despido também se enterra o grão.
De tanto te despiu a privação
que escapou de teu peito a viração.
Tanta coisa despiste em vida
que fugiu de teu peito a brisa.

E agora, se abre o chão e te abriga,
lençol que não tiveste em vida.
Se abre o chão e te fecha,
dando-te agora cama e coberta.
Se abre o chão e te envolve,
como mulher com quem se dorme.

# Riscos nos locais de trabalho

*Marcelo Firpo de Souza Porto*

## Introdução

Durante muito tempo foi vendida a idéia de que o problema dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho era um tema só para certos especialistas: engenheiros de segurança, médicos do trabalho, a gerência das empresas e outros técnicos especializados seriam os únicos "detentores" do conhecimento para analisarem os riscos nos locais de trabalho e proporem soluções. Nessa visão, os trabalhadores seriam meros e passivos coadjuvantes, ora fornecendo informações aos especialistas, ora indo aos exames e respondendo perguntas aos médicos, ou mesmo sendo acusados como responsáveis pelos acidentes, através do conceito de ato inseguro, que é perverso e cientificamente errado.

Essa visão também privilegiava a compensação financeira ou monetização dos riscos, através da concessão dos adicionais de insalubridade e periculosidade e possuía uma atuação preventiva extremamente limitada. Essa visão atrasada de segurança e saúde ocupacional acabava trabalhando somente no final da linha, ou seja, após a ocorrência de eventos como acidentes e doenças e no controle dos próprios trabalhadores. Para os técnicos dessa visão, a prevenção se restringe às normas de segurança e aos equipamentos e proteção

individual, nem sempre com fornecimento e treinamento adequados. Deixavam-se de lado as causas mais profundas que geram os acidentes e doenças nos locais de trabalho, como os projetos de tecnologias, a organização do trabalho e as características da própria sociedade, como a legislação e a atuação dos trabalhadores e as instituições.

Obviamente, esta não é verdadeira e nem interessa aos trabalhadores, embora ainda hoje esteja presente em muitas empresas e instituições no Brasil, que tentam inculcar esta ideologia nos próprios trabalhadores. A análise dos riscos nos locais de trabalho deve necessariamente incorporar a vivência, o conhecimento e a participação dos trabalhadores, já que eles realizam o trabalho cotidiano e sofrem seus efeitos e, portanto, possuem um papel fundamental na identificação, eliminação e controle dos riscos. Além disso, os processos produtivos afetam a vida da população em geral e o meio ambiente, através da poluição crônica ou dos acidentes ambientais, como os que ocorrem em fábricas químicas e nucleares, sendo um tema a ser debatido pelo conjunto da sociedade.

Por isso, os riscos nos locais de trabalho não são um problema somente técnico: é também de natureza ética e política e tem mais a ver com as relações de poder na sociedade e nas empresas do que com o mundo restrito da ciência e da técnica. Os riscos decorrentes de processos produtivos e tecnologias que ignoram ou desprezam as necessidades de seres humanos e do meio ambiente não são enfrentados só tecnicamente por especialistas e cientistas, mas pela atuação organizada dos trabalhadores e dos cidadãos em geral na luta pela defesa da vida e da democracia.

Nas últimas décadas, principalmente nos países da Europa e na América do Norte, tem havido uma mudança substancial no enfoque dos profissionais que trabalham com os riscos nos locais de trabalho. Em vez de sistemas compensatórios e de fim de linha, busca-se enfatizar mais o aspecto preventivo, ou seja, atuar no controle e eliminação dos riscos na fonte e não

após a ocorrência de acidentes e doenças. Também a organização do trabalho e as práticas gerenciais passaram a ser reconhecidas como importante foco de análise, sejam como causadoras de acidentes, doenças e sofrimento, ou como integrantes fundamentais das políticas de segurança e saúde nas empresas.

Alguns princípios de interesse para os trabalhadores que devem ser destacados nesta concepção mais moderna são enumerados a seguir:

· O foco principal da análise de riscos nos locais de trabalho é a prevenção, ou seja, os riscos devem ser eliminados sempre que possível e o controle dos riscos existentes deve seguir os padrões de qualidade mais elevados em termos técnicos e gerenciais;

· Os trabalhadores são sujeitos fundamentais na análise e controle dos riscos, seja porque conhecem as situações reais de trabalho do cotidiano, seja porque suas vidas estão em jogo e precisam lutar para que a defesa de sua saúde seja considerada nas decisões tomadas pelos governos e pelas administrações das empresas, confrontando as prioridades e soluções, por exemplo, nos investimentos realizados, na escolha de tecnologias, na compra de equipamentos e nas formas de contratação, treinamento e divisão de tarefas dos trabalhadores;

· O risco à saúde dos trabalhadores, à população e ao meio ambiente deve fazer parte de uma gestão integrada das empresas. As empresas são geradoras de riscos e como tal são responsáveis pelo controle dos mesmos. De outro lado, de pouco adiantará ter profissionais especializados nesta área se as decisões sobre investimentos, controle de produtividade e manutenção forem tomadas sem considerar os aspectos de segurança, saúde e meio ambiente, enfim, dos riscos outros além dos econômicos;

· O debate em torno dos riscos é um importante instrumento para a democratização dos locais de trabalho e da própria sociedade, pois coloca em jogo o tipo de sociedade que temos e queremos construir. Este debate coloca em discussão quem, como e com que critérios são definidos os riscos para as vidas dos trabalhadores, das pessoas em geral e do meio ambiente.

· A análise de riscos nos locais de trabalho não é um mero instrumento burocrático: é um processo contínuo, que precisa periodicamente ser revisado, principalmente quando surgem novas circunstâncias, como mudanças tecnológicas ou organizacionais nas empresas;

· A análise de riscos não substitui as exigências legais que obrigam as empresas a adotarem mecanismos de proteção à saúde dos trabalhadores. A análise de riscos nos locais de trabalho deve se pautar também nas normas e leis existentes, ao mesmo tempo em que devem superá-las, pois nem todas as realidades específicas de cada setor, região ou empresa e nem as estratégias de eliminação e controle dos riscos em mundo dinâmico podem ser cobertos integralmente pela legislação. Tal argumento, contudo, não deve servir de apoio ao discurso neoliberal que prega a redução do poder do estado e um aumento da autorregulação pelas empresas, principalmente num país latino-americano marcado por injustiças sociais onde o estado ainda está longe de cumprir o seu papel de defesa constitucional dos trabalhadores e do meio ambiente.

Infelizmente a concepção moderna de análise e gerenciamento de riscos encontra-se bastante distante da prática de muitas empresas brasileiras. Em muitas, espera-se a ocorrência de tragédias como acidentes e doenças graves para se tomar alguma atitude e freqüentemente os trabalhadores são acusados como principais responsáveis pelos mesmos, através do uso do conceito de ato inseguro. Investe-se pouco em prevenção, como conseqüência do pouco poder e participação dos trabalhadores nos locais de trabalho, bem como das baixas conseqüências legais e eco-

nômicas dos acidentes e doenças para as empresas. Essa externalização dos riscos ocupacionais tem por base:

(a) a baixa capacidade do estado e da justiça de punir os responsáveis por acidentes e doenças nas empresas;

(b) os baixos salários dos trabalhadores e o pagamento coberto pela Previdência Social do "benefício" do seguro-acidente, quando o trabalhador é afastado dos locais de trabalho, retirando o ônus do pagamento das empresas após o 15° dia de afastamento. Em outras palavras, se uma empresa gera muitos acidentes e doenças, não é punida, tampouco é recompensada por investimentos preventivos que melhoram o seu desempenho.

No Brasil, principalmente a partir dos anos 80, com a luta pela democracia e o revigoramento do movimento sindical, os trabalhadores e várias instituições brasileiras vêm construindo práticas mais democráticas e eficientes, pautadas na atuação dos trabalhadores e suas representações. Dentro dos sindicatos, várias experiências forma desenvolvidas através da criação de departamentos e ações de saúde do trabalhador e meio ambiente. Como exemplos, podemos citar a criação do departamento Intersindical de estudos e Pesquisas de Saúde e Ambientes de Trabalho (DIESAT) em 1980 e, no âmbito da CUT, do Instituto Nacional de Saúde e Trabalho (INST/CUT) em 1988.

No campo da Saúde Pública, dentro da luta pela criação do Sistema Único de Saúde (SUS), foi desenvolvido o campo da saúde do trabalhador, com vários programas e ações desenvolvidos no âmbito dos estados e municípios. Estes programas vêm trabalhando junto com trabalhadores e suas organizações na implementação de suas atividades, tendo por referência inicial a experiência do movimento sindical e da reforma sanitária da Itália desenvolvida nos anos 70. Dentro do SUS, destacam-se ações de vigilância dos

ambientes de trabalho exercidas pelos serviços públicos de saúde com a finalidade de controlar ou eliminar os riscos à saúde existentes nos ambientes de trabalho. Também o Ministério do Trabalho, fortemente criticado nos anos 80 pelo movimento sindical por práticas burocráticas e patronais, vem buscando incorporar em diversas ações a participação ativa do movimento sindical, como no caso do acordo desenvolvido nos anos 90 para a substituição de máquinas injetoras na indústria plástica no estado de São Paulo.

Mas a realidade dos anos 90 se opôs frontalmente às expectativas de redemocratização conquistadas nos anos 80. Os governos de nível central desde então não implementaram nenhuma política nacional efetiva e integrada de saúde dos trabalhadores. Embora tenham ocorrido avanços localizados, as ações dos setores trabalho, saúde e previdência social, além do meio ambiente,, continuam desconexas e sem articulação.

A globalização e a restruturação produtiva, intensificadas ao longo dos anos 90, geram novos e imensos desafios para os trabalhadores e a defesa da saúde. Com o aumento da exclusão social, do desemprego, da terceirização, do trabalho temporário e a tentativa de fragmentação e redução do poder de barganha dos sindicatos, estratégias que fazem parte da flexibilização das relações de trabalho – que o discurso neoliberal denomina de "modernização" – a luta por melhores condições de trabalho e saúde fica bastante difícil. Também várias instituições públicas vêm passando por sérias crises, diante da falta de políticas integradas e de investimentos pelos governos. Outra conseqüência desta "modernização" neoliberal tem sido a intensificação do trabalho em vários setores econômicos, com implicações para a saúde dos trabalhadores. Um exemplo é a verdadeira epidemia de lesões por esforços repetitivos (LER) que vem ocorrendo com trabalhadores nos setores de serviços, bancos e setores de embalagem e linhas de montagem de várias insdústrias. As LER têm sido responsáveis por cerca de 80 a 90% dos casos de doenças profissionais registradas na Previdência Social nos últimos anos.

*Texto extraído do: "Análise de riscos nos locais de trabalho; conhecer para transformar." Marcelo Firpo de Souza Porto. Cadernos de Saúde do Trabalhador, Inst/Cut. Nº 3.*